Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Racismo Ambiental: Como A Mídia Contribui Para O Apagamento De Populações Afetadas Por Desigualdades Socioambientais Em Contextos Urbanos No Brasil[1]

Environmental Racism: How the Media Contributes to the Erasure of Populations Affected by Socio-environmental Inequalities in Urban Contexts in Brazil

Fernanda de Souza Fernandes
Larissa Eulália Bezerril de Carvalho
Paulo Fernandes Cavalcanti Guedes Filho
Ana Carolina dos Reis de Moraes Trindade

Palavras-chave: racismo ambiental; midiatização; periferia; desigualdade urbana; mídia.

Introdução

O racismo no Brasil tornou-se uma característica estrutural da sociedade decorrente do longo período de escravização e, posteriormente, da ausência de políticas de reparação e inclusão após a abolição, em 1888. (Almeida, 2019, p. 186). Visto isso, a dificuldade em superar tal herança colonial, resultou no processo de marginalização do povo negro, excluídos nos âmbitos territorial, educacional e econômico em um país que avançava em seu processo de industrialização, ainda sem integrar essa parcela da população.

[1]Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

As faces que sustentam o racismo estrutural vão desde o socializado, evidenciado nas mídias, relacionamentos e padrões de beleza, até o institucional, presente em instituições do Estado devido à falta de políticas públicas (Almeida, 2019, p. 186). Como reflexo, essa desigualdade pode ser ilustrada pelo índice de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas ser quase três vezes maior do que entre pessoas brancas (IBGE, 2022).

Essa lógica estrutural do racismo manifesta-se também no campo socioambiental. Conforme Robert Bullard (2004, p. 53), o racismo ambiental se expressa, além da exclusão social, na marginalização política de grupos vulneráveis na tomada de decisões sobre o meio ambiente. Dessa forma, Henri Acselrad (2002, p. 52-53) defende que os grupos racializados são os mais expostos às consequências da degradação ambiental, visto que esses problemas geralmente se concentram em territórios ocupados por populações historicamente marginalizadas, enquanto grupos com maior poder aquisitivo conseguem acessar regiões mais seguras e com melhor infraestrutura, assim como acontece no Brasil.

Essa concentração de riscos ambientais sobre populações racializadas é reforçada pela maneira como tais realidades são retratadas ou ignoradas pela mídia. Embora discursos explicitamente racistas sejam considerados crime no país, quando os veículos de comunicação deixam de cobrir, questionar ou dar visibilidade às desigualdades socioambientais enfrentadas por essas comunidades, contribuem, mesmo que silenciosamente, para a manutenção dessas desigualdades.

Diante desse cenário, o presente trabalho analisa de que forma a mídia brasileira contribui para o apagamento das populações afetadas pelo racismo ambiental, tendo como objeto de estudo a cobertura jornalística das enchentes no Rio Grande do Sul de 2024. Para isso, realizou-se uma análise comparativa entre a matéria "Periferia de Porto Alegre tem 'bairros-fantasmas' três meses após enchentes", publicada pelo o UOL (2024), e "*Brazil's devastating floods hit 'Black population on the periphery' hardest*", publicada pelo The Guardian (2024).

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Com base no que foi exposto, essa pesquisa torna-se relevante porque, em um cenário de múltiplas informações circuladas de forma acelerada e ininterrupta, o apagamento do racismo ambiental se potencializa, tendo em vista que certos discursos ganham força e alcance enquanto outros são silenciados antes mesmo de chegarem ao debate público (Prates, 2014 p. 1).

A investigação proposta neste trabalho se baseia em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), que expõe - através de levantamento de dados - a realidade brasileira sobre este recorte. Dialoga-se também com Robert Bullard (2004) e Henri Acselrad (2002), que buscam entender como práticas de segregação racial se manifestam na sociedade durante o período colonial e de pós-abolição e como se relacionam com a exposição da população mais invisibilizada às consequências da degradação ambiental. Na esfera midiática, Aidar Prado (2025), Victor Marchezini (2014) e Muniz Sodré (2006) fazem contribuições para o entendimento do cenário de superprodução semiótica e do papel da mídia na reprodução de estereótipos de violência, subalternidade e pobreza associados à pessoa negra. Para compreender essas dimensões de forma articulada, o referencial está organizado em três eixos: a conceituação do racismo ambiental, sua manifestação no contexto brasileiro e o papel da mídia na reprodução e naturalização dessas desigualdades.

Esta presente pesquisa possui um caráter qualitativo, conjugando dados estatísticos e revisão bibliográfica que tratam a respeito do racismo ambiental, desigualdades sociais, marginalização e o comportamento da mídia frente à temática.

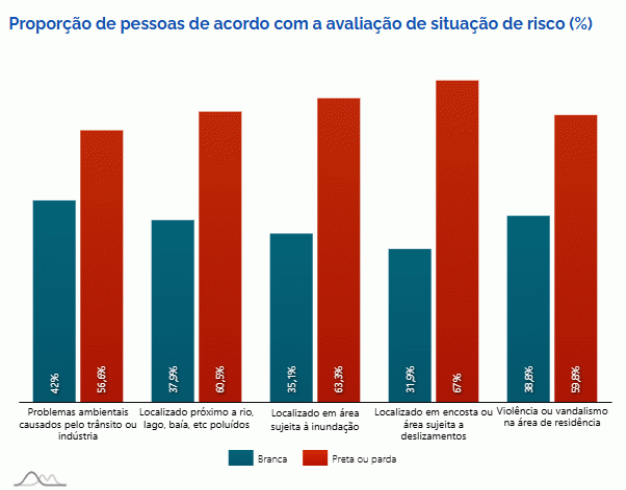
A problemática socioambiental e regimes de invisibilidade midiatizada

O termo “racismo ambiental” foi cunhado pelo químico e ativista estadunidense Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr na década de 1980 em meio a uma onda de protestos contra o despejo de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte,

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Estados Unidos, majoritariamente composto por pessoas negras (Brasil, 2022). A exposição de pessoas racializadas à situações de vulnerabilidade ambiental também reverbera no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Painel Cor ou Raça no Brasil, reúne os principais dados das pesquisas do instituto sobre o recorte, que comprovam a relação socioambiental entre raça e saúde. Dentre eles, destaca-se a proporção entre pessoas brancas e negras (pretas e pardas) em situações de risco ambiental, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Proporção de pessoas de acordo com a avaliação de situação de risco (%).



Fonte: IBGE (2018).

Além disso, o Painel também afirma que pretos e pardos correspondem a 72,94% da população residente em favelas no Brasil, sendo também maioria entre a população abaixo do nível da pobreza. Ademais, essa camada da população brasileira também carece de saneamento básico. 36,80% da população preta e 45,33% da população parda não têm conexão às redes de esgoto (IBGE, s/d). Tal cenário favorece o adoecimento mais frequente desse povo. Desse modo, a ocupação forçada da população negra em regiões inadequadas evidencia a exposição à perigos à saúde e integridade física em prol de

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

moradia, resultado de uma intensa segregação espacial fundada na herança escravocrata do país. Tal cenário materializa o racismo ambiental e revela como a reprodução do racismo no país influencia nas condições de vida cotidiana da população negra.

Nesse sentido, a reprodução pela mídia de estereótipos de violência, subalternidade e pobreza frequentemente associados à pessoa negra, além da culpabilização pelos desastres, fortalece a exclusão social desse grupo que dificulta, ainda mais, a ascensão social e reconhecimento humanizado enquanto sujeito capaz de criar, consumir e disseminar cultura. Marchezini (2014) dialoga sobre esse sintoma:

> Os agentes dos meios de comunicação produzem discursos e formam saberes a partir das imagens, produzindo simbolicamente a ideia de que o Estado está atuando de forma eficaz no desastre, e as eventuais falhas e desordens são delegadas aos agentes que detêm menor capital no campo, ou seja, os pobres. (Marchezini, 2014, p. 193).

Nesse sentido, veículos de comunicação brasileiros voltaram os olhares para a enchente no Rio Grande do Sul em 2024, que chamou atenção por sua magnitude. Segundo o Senado Federal, “este é o quinto evento extremo no estado em cinco anos e mesmo assim não foram adotadas medidas preventivas que evitassem a catástrofe” (Brasil, 2024). Assim, cabe aqui a comparação entre as matérias “Periferia de Porto Alegre tem 'bairros-fantasmas' três meses após enchentes” do Uol e “*Brazil’s devastating floods hit ‘Black population on the periphery’ hardest*” do The Guardian. Enquanto a primeira foca no acontecimento factual, a segunda se mostra mais motivada em entender as causas e consequências a nível social das vítimas da região. Esse entendimento parte da contextualização do cenário em que a região se encontrava: diferente da matéria do UOL, o The Guardian destaca que a região mais afetada pelas enchentes era composta majoritariamente por pessoas negras, afirmando que eventos extremos são sentidos com mais intensidade por pessoas racializadas. Ademais, a matéria apresenta o processo de

gentrificação de Porto Alegre que aconteceu em decorrência da enchente de 1941, padrão que se repetiu em 2024.

Portanto, a mídia brasileira, ao direcionar o foco para tragédias e carência em território majoritariamente negros, superficialmente, apenas contribui para associar a imagem da pessoa negra à miséria, desorganização e pobreza. Práticas comunicacionais que tendem a naturalizar os desastres ambientais, como se fossem inevitáveis, desconsideram o padrão das regiões afetadas, marcadas pela carência de saneamento básico, saúde e condições de moradia. Os veículos de comunicação, sejam eles jornal, televisão ou plataformas digitais, contribuem para minimizar o debate popular ao mesmo tempo que invisibilizam a existência da população enquanto sujeitos, reduzindo-os a meras vítimas (Marchezini, 2014, p. 182-183).

Logo, após momentos de tensão, a periferia retorna à ala "invisível" e do anonimato até que ocorra outro desastre que reverbere na mídia e faça com que esses corpos sejam vistos novamente. Nesse cenário, a "visita" da mídia à periferia apenas quando há sinal de desordem generalizada, sem o compromisso de comunicar, também, o porquê de tais eventos, colabora para a construção de um imaginário racista na população espectadora, mesmo que esta não esteja ciente dos preconceitos impostos à ela.

Considerações finais

Conclui-se, portanto, que o racismo ambiental deve ser compreendido também como um fenômeno de interesse midiático, dado o poder que os veículos de comunicação têm de fortalecer a ordem social empregada. Ao longo do trabalho foi discutido como veículos de imprensa brasileiros tendem a noticiar tragédias ambientais privilegiando o fato imediato e seus impactos mais visíveis. Ao naturalizar a presença de populações negras em situações de vida precárias, a mídia colabora não somente com a perpetuação de ideias racistas, como também com a ausência de perspectiva de mudanças no território

ocupado por essa população. Portanto, nota-se que o racismo ambiental no Brasil é uma via de mão dupla: a ausência de investimento público na construção das cidades, leva as populações mais vulneráveis a exporem sua saúde e integridade física em troca de moradia; por outro lado, representações simplistas de tragédias como causas naturais sem considerar as características da região na qual ocorre, colaboram para a manutenção desse cenário e para a construção de um imaginário racista ao associar a imagem da pessoa negra recorrentemente a situações negativas, desconsiderando sua fundamental importância na construção cultural do Brasil.

Referências

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. p 49 –60. Editora UFPR. 2002. Acesso em: 10 maio 2026.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural. [Structural Racism]**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Friocruz. **Racismo ambiental: o que é isso?**, 2022. Disponível em: https://www.invivo.fiocruz.br/sustentabilidade/racismo-ambiental/. Acesso em: 09 maio 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/. Acesso em: 09 maio 2026.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José maria Augusto (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68. Acesso em: 10 maio 2026.

FEDERAL, Senado. **Enchente que assolou RS foi prevista, mas governo não investiu em prevenção, avalia professor**. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/enchente-que-assolou-rs-foi-prevista-mas-governo-nao-investiu-em-prevencao-avalia-professor. Acesso em: 28 maio 2026.

GOMES, Itania. **Mídia, cultura e ambiência**. Salvador: EDUFBA, 2024. Acesso em: 10 maio 2026.

GUARDIAN, The. **Brazil's devastating floods hit 'Black population on the periphery' hardest**. 2024. Disponível em: https://www.theguardian.com/brazils-devastating-floods-hit-'black-population-on-the-periphery'-hardest. Acesso em: 28 maio 2026.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica n.41. 2022. Acesso em: 10 maio 2026.

MARCHEZINI, Victor. **A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes**. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 16, n. 1, 2014.

MIÈGE, Bernard. **As indústrias culturais e criativas**. São Paulo: Annablume, 2007. Acesso em: 10 maio 2026.

PRATES, Vinicius. **A crise ambiental no jornalismo de economia e negócios: da natureza deslocada à fantasia sustentável.** São Paulo – v. 17, n. 34, p. 55-64, jul./dez. de 2014. Acesso em: 10 maio 2026.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Edipucrs, 2006. Acesso em: 10 maio 2026.

UOL. **Periferia de Porto Alegre tem 'bairros-fantasmas' três meses após enchentes**. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/tres-meses-apos-enchente-periferia-de-porto-alegre-tem-bairros-fantasma. Acesso em: 28 maio 2026.